



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 014/2025**

**OBRA COMUM**

INFORMAÇÕES GERAIS	
<b>OBJETO</b>	<b>REFORMA GERAL E CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO CME LUIZ SIMÕES MATIAS</b>
<b>REQUISITANTE:</b>	Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
<b>RESP. PELO ETP</b>	Eng. Letícia Bogorni Lang – Assessora técnica de engenharia e arquitetura da SEMEC Prof. Vagner Constantino Guimarães – Secretário Municipal de Educação

**1. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO OU DA NECESSIDADE APRESENTADA**

A presente contratação visa resolver diversas demandas estruturais e funcionais identificadas no Centro Municipal de Ensino Luiz Simões Matias, que comprometem a segurança, a acessibilidade e a eficiência do uso dos espaços escolares. Após a retirada dos módulos fotovoltaicos anteriormente instalados na cobertura da edificação, foi constatada a necessidade de substituição das telhas cerâmicas por telhas isotérmicas, que oferecem maior resistência, conforto térmico e durabilidade.

Além disso, a ausência de um estacionamento adequado e coberto, bem como a carência de espaços lúdicos externos seguros e funcionais, evidenciam a necessidade de intervenções físicas no ambiente escolar.

Adicionalmente, as calçadas frontal e lateral da escola não atendem aos parâmetros técnicos de acessibilidade, exigindo adequações conforme as normas vigentes. O muro frontal também encontra-se inadequado, sendo necessária sua substituição por estrutura mais moderna e segura. Pequenos reparos na edificação e a pintura geral também são fundamentais para restaurar a integridade física do prédio e valorizar o ambiente escolar, promovendo um espaço mais acolhedor e adequado para as atividades pedagógicas e administrativas.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**



Fig. 01 – Local onde serão construídos estacionamento e área de playground



Fig. 02 – Calçada necessitando de reforma



Prefeitura Municipal de Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso  
Secretaria Municipal de Educação

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL  
1º SERVIÇO DE NOTAS E REGISTRO

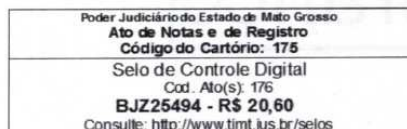
MATRÍCULA  
**27.772**

FICHA  
**01F**



**Área Institucional n.º 01, da Planta do Loteamento denominado "JARDIM VALE DO SOL", situado nesta Cidade de Tangará da Serra-MT, com a área de 3.960,00m², dentro das divisas, metragens e confrontações seguintes: FRENTE: 60,00m para a Rua 48; FUNDO: 60,00m para Lotes 09, 10, 11, 12 e 15; LADO DIREITO: 58,00m para a Rua 13-A; LADO DIREITO: 12,00m para lotes 14 e 15; LADO ESQUERDO: 70,00m para os lotes 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08; PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, n. 50-W, Palácio Tangará, Centro, Tangará da Serra-MT, inscrita no CNPJ 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. Saturnino Masson. REGISTRO ANTERIOR: A matrícula sob n.º 26.370, do Livro n.º 02, datado de 08/06/2010, deste RGI. CONDIÇÕES: Abertura de matrícula procedida através do Ofício n. 321/SEPLAN/2011, datado de 10/10/2011, assinado pela Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento Sra Letícia Graziella Teixeira Nunes e Ofício n. 709/GP/2011, datado de 07/11/2011, assinado pelo Prefeito Municipal Saturnino Masson. PROTOCOLO nº 109.717 em 17/10/2011. Emolumentos Gratuito; Dou. f.º. Eu Maria Mercedes Batista, Oficial Substituta, que a fiz digitar, conferi e assino. Tangará da Serra-MT, 11 de novembro de 2011.**

CERTIFICO e dou Fé, que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula n.º 27772, e tem valor de certidão. Conforme o disposto no art. 19 § 1º, da Lei 6.015/73 e art. 41 da Lei 8.935/94. O Referido é Verdade e Dou Fé. Tangará da Serra-MT, 18 de fevereiro de 2020.



*Eubiane Ferreira Escrevente Autorizada*

Fig. 03 – Matrícula do terreno – CME Luis Simões Matias

## 2. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, OU DESDE QUE JUSTIFICADA A IMPOSSIBILIDADE, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE (ART. 45, II, DO DECRETO)

A ausência da obra de reforma geral do CME Luis Simões do Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 justifica-se pelo fato de que sua previsão inicial de execução estava vinculada ao exercício de 2025, período em que foram devidamente elaborados os projetos técnicos e promovidos os estudos necessários à contratação. Ocorre que a realização da reforma encontra-se condicionada à prévia conclusão da licitação destinada à retirada e posterior reinstalação dos módulos fotovoltaicos existentes na cobertura da unidade escolar.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Referido processo licitatório sofreu prorrogações e intercorrências que ocasionaram sua extensão para o exercício de 2026, inviabilizando, por consequência, o encaminhamento tempestivo da licitação da reforma no PCA originalmente planejado. Dessa forma, a inclusão da contratação no exercício de 2026 decorre de fato superveniente e de natureza técnica, não caracterizando falha de planejamento, mas sim adequação à sequência lógica e à dependência entre as contratações envolvidas.

Para viabilizar a contratação, a Semec destinou recursos financeiros na seguinte dotação orçamentária:

12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação infantil
12.365.0030	Desenvolvimento integral e de qualidade da educação infantil
12.365.0030.226.0000	Gestão das ações para o funcionamento e desenvolvimento da educação infantil – pré escola – FUNDEB
4.4.90.51.00.2.1.540.020.030	Obras e Instalações
12.365	Educação infantil

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (ART. 45, III, DO DECRETO)**

Será elaborado projeto básico com informações para a perfeita caracterização da obra, inclusive com elementos necessários e suficientes para seu dimensionamento. Segue abaixo os critérios de contratação dos serviços:

**a) Caracterização dos serviços:**

A contratação deverá garantir a execução de serviços de **reforma geral da edificação do CME Luiz Simões Matias e a construção de piso drenante em área destinada ao novo**





**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**estacionamento**, com foco na melhoria das condições físicas e funcionais do centro educacional, observando-se os seguintes requisitos essenciais:

A reforma contempla a **substituição das telhas cerâmicas por telhas isotérmicas, pintura geral interna e externa, pequenos reparos na edificação e reforma das calçadas**. A contratação incluirá ainda a **demolição do muro frontal e sua substituição por gradil metálico**, o que permitirá maior visibilidade e integração com a comunidade, bem como maior segurança.

O estacionamento que será construído envolverá apenas o piso e suas demarcações. A **cobertura em estrutura metálica**, por sua vez, será executada por empresa distinta, responsável pela retirada dos módulos fotovoltaicos em licitação anterior.

O escopo dos serviços inclui mão de obra especializada, fornecimento de materiais, equipamentos, transporte e demais encargos necessários à completa execução do objeto, de forma segura, funcional e tecnicamente compatível com as necessidades da unidade educacional.

**O objeto em questão trata-se de uma obra** e não de um serviço comum de engenharia, uma vez que se trata de construção e adequação de uma edificação, estando a mesma dentro da definição de Obra.

**b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos:**

A contratação contemplará os seguintes serviços de engenharia:

- **Substituição das telhas cerâmicas por telhas isotérmicas:** As telhas isotérmicas oferecem maior durabilidade e conforto térmico;
- **Pintura geral da edificação (interna e externa)**, utilizando tintas comuns e de mesma tonalidade da existente na creche;



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

- **Pequenos reparos na edificação**, como correções de trincas, substituição de revestimentos danificados, consertos em esquadrias e ajustes pontuais nas instalações de incêndio;
- **Construção de piso drenante** no espaço destinado ao novo estacionamento, como alternativa sustentável para a drenagem pluvial, promovendo a permeabilidade do solo;
- **Delimitação do estacionamento com demarcações de vagas**, sem cobertura. A cobertura em estrutura metálica será executada por empresa distinta, contratada em licitação anterior, responsável pela retirada dos módulos fotovoltaicos;
- **Alocação de áreas sob a cobertura metálica já licitada**, para os seguintes usos:
  - Espaço para horta escolar;
  - Área com caixa de areia e brinquedos/playground;
  - Espaço livre para desenvolvimento de atividades diversas com as crianças.
- **Demolição do muro frontal da escola e substituição por gradil metálico**, promovendo maior integração visual com o entorno, ventilação e segurança;
- **Demolição da calçada frontal da escola e reconstrução com adequações de acessibilidade**, conforme ABNT NBR 9050;
- **Reforma da calçada lateral**, incluindo implantação de rampas, piso tátil e demais elementos necessários à acessibilidade.

**c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes:** A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as recomendações dos fabricantes e as boas práticas de engenharia, priorizando a segurança, a durabilidade e a compatibilidade com o ambiente escolar.

A execução seguirá a seguinte ordem sequencial, considerando normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes:



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

1. Instalação de tapumes e sinalização de segurança da área da obra;
2. Remoção das telhas cerâmicas e descarte adequado;
3. Substituição da cobertura por telhas isotérmicas;
4. Execução dos pequenos reparos nas alvenarias e revestimentos;
5. Execução da pintura geral da edificação (interna e externa);
6. Demolição do muro frontal e da calçada existente;
7. Execução da nova calçada frontal com adequação à acessibilidade;
8. Reforma da calçada lateral com adequação à acessibilidade;
9. Instalação de gradil metálico na área frontal;
10. Execução da base e do piso drenante do estacionamento;
11. Delimitação de espaços para horta, playground e caixa de areia sob a cobertura;
12. Limpeza geral e retirada dos resíduos da obra.

**d) Exigência de capacidade técnica profissional e operacional:** Conforme preconiza a Lei 14.133/2021, é fundamental para garantir a qualidade, a eficiência, a conformidade legal e a segurança do processo de construção. Os percentuais e itens da obra que exigirão a qualificação serão colocados no Termo de Justificativa Técnica.

**e) Exigência de registro da contratada junto ao CREA/CAU/CFT:** A exigência de registro da empresa nos conselhos de classe profissionais em licitações regidas pela Lei 14.133/2021 é necessária para garantir a competência técnica, a conformidade legal, a qualidade e a segurança das obras realizadas, além de prevenir irregularidades e assegurar a integridade do processo licitatório.

**f) Possibilidade de subcontratação:** Admitida até o limite de 30% para serviços e produtos de fornecedores terceirizados para o qual a empresa não tem capacidade.

**g) Exigência de garantia de execução:** A exigência de garantia de execução será necessária para proteger o investimento público, garantir o cumprimento dos prazos, assegurar a



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

qualidade do trabalho, proteger os interesses da comunidade escolar e promover a transparência e a prestação de contas no processo de contratação.

**h) Gerenciamento de resíduos pela contratada durante a execução da obra:** A empresa responsável pela execução da obra deverá fazer o gerenciamento de resíduos sólidos não apenas para cumprir as regulamentações legais, mas também para proteger o meio ambiente, a saúde pública e a segurança dos trabalhadores, promover a eficiência na utilização de recursos e demonstrar responsabilidade social corporativa.

**i) Licenciamento Ambiental:** Conforme Decreto Municipal nº 427/2022, a obra em questão necessitará de licenciamento ambiental.

**j) Exigência de qualificação econômico-financeira:** Será exigida, tendo em vista que a empresa deve garantir que possui os recursos financeiros necessários para realizar a obra. A qualificação econômico-financeira também indica a solidez financeira da empresa, o que aumenta a confiança de que ela será capaz de cumprir com todos os termos do contrato, incluindo prazos, qualidade do trabalho e fornecimento de materiais. A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

III – para obras, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**k) Participação em consórcio:** A participação de consórcios deve ser admitida quando o objeto a ser licitado envolver questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. O objeto em questão é considerado uma obra de baixa complexidade e, portanto, sem necessidade de participação de consórcios.





**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**Requisitos de Sustentabilidade:** Para atendimento desses requisitos, os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação. Os requisitos normativos seguem abaixo:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive em relação a qualidade dos materiais;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- Lei nº 13.639/2018: Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas;
- Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**4. ART. 45, INCISO IV, DO DECRETO: ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM POTENCIALMENTE CONTRATADAS, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

As estimativas foram elaboradas com base em vistoria técnica in loco, análise do projeto preliminar da reforma e experiência técnica da equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Educação. As quantidades consideradas visam atender às necessidades do CME Luiz Simões Matias, de forma integrada e complementar à **licitação anterior que tratou da retirada e reinstalação dos módulos fotovoltaicos.**

As áreas e serviços previstos são:

- **Pintura interna:** 1.000 m<sup>2</sup>
- **Pintura externa (inclusos muros):** 2.000 m<sup>2</sup>
- **Demolição e construção de calçada com adequação à acessibilidade:** 130 m<sup>2</sup>
- **Reforma da calçada lateral com adequação à acessibilidade:** 140 m<sup>2</sup>
- **Construção de piso drenante para estacionamento:** 700 m<sup>2</sup>
- **Área gramada para implantação de horta escolar:** 150 m<sup>2</sup>
- **Demolição de muro frontal:** 40 m<sup>2</sup>
- **Instalação de gradil metálico em substituição ao muro demolido:** 40 m<sup>2</sup>
- **Construção de caixa de areia delimitada por meio-fio e com camada de 15 cm de areia lavada:** 200 m<sup>2</sup>
- **Execução de reparos diversos na edificação existente (trincas, revestimentos, instalações e acabamentos):** conforme demanda identificada em vistoria, com previsão orçamentária global.

Com base nessas quantidades segue abaixo uma **tabela simplificada de estimativa de custo** utilizando valores médios de mercado/SINAPI atualizados por estimativa para julho de 2025, considerando práticas comuns em obras escolares. Os valores são apenas indicativos e **devem ser ajustados conforme orçamento detalhado posterior.**



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

ESTIMATIVA DE CUSTO				
Item	Unidade	Quantidade	Custo Unitário Estimado * (R\$)	Subtotal (R\$)
Custos com administração da obra	un	1	20.000,00	20.000,00
Pintura interna	m²	1.000	27,00	27.000,00
Pintura externa (inclusos muros)	m²	2.000	29,00	58.000,00
Demolição e construção de calçada frontal	m²	130	160,00	20.800,00
Reforma da calçada lateral	m²	140	130,00	18.200,00
Piso drenante para estacionamento	m²	700	280,00	196.000,00
Área gramada para horta	m²	150	60,00	9.000,00
Demolição de muro frontal	m²	40	80,00	3.200,00
Gradil metálico em substituição ao muro	m²	40	600,00	24.000,00
Caixa de areia com 15 cm de areia e meio-fio	m²	200	120,00	24.000,00
Reparos diversos na edificação	un	1	50.000,00	50.000,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>				<b>450.200,00</b>

\* Custo estimado: Pesquisas de mercado e cotações informais com empresas fornecedoras e instaladoras de sistemas fotovoltaicos e estruturas metálicas (valores médios praticados em licitações recentes e em contratos administrativos similares).

Não há interdependência direta com outras contratações em andamento, porém, a solução proposta permite economia de escala ao evitar futuras intervenções isoladas para correção de infiltrações e possibilita o uso multifuncional do espaço, otimizando o investimento público.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES: a) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; b) SER REALIZADA AUDIÊNCIA OU CONSULTA PÚBLICA, PREFERENCIALMENTE NA FORMA ELETRÔNICA, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES**

A Semec avaliou as seguintes possibilidades de solução:



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**a) Consideração de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração:**

A solução proposta foi embasada em práticas já adotadas em outras licitações com foco em acessibilidade e aproveitamento de espaços ao ar livre. Em diversas contratações semelhantes, observou-se a substituição de telhas cerâmicas por telhas isotérmicas, a instalação de piso drenante em estacionamentos e áreas de convivência, bem como a implementação de gradis metálicos em substituição a muros convencionais, visando maior visibilidade e segurança.

**b) Realização de audiência ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições:**

Para esta contratação específica, não foi realizada audiência ou consulta pública formal. Contudo, a solução foi definida com base em demandas identificadas pela própria comunidade escolar, por meio de reuniões com a equipe gestora do CME Luiz Simões Matias e registros de solicitações encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação. Tais manifestações evidenciaram a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade, segurança e aproveitamento dos espaços externos. Portanto, embora não tenha havido procedimento oficial de consulta pública, a escolha da solução reflete o atendimento direto às necessidades da comunidade usuária final da unidade escolar.

### **REGIME DE EXECUÇÃO**

A escolha do regime de licitação ideal depende de diversos fatores, sendo o principal deles a natureza dos serviços a serem executados. No caso em estudo, o regime de **empreitada por preço unitário** é mais adequado porque as obras de reforma geralmente envolvem situações imprevisíveis. No decorrer da obra, podem surgir ajustes e a necessidade de execução de serviços adicionais ou complementares, como reparos em estruturas ocultas ou adequações que não puderam ser previstas com correções na fase de projeto.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Para o regime de empreitada por preço unitário cabe a desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado aqui, bem como pela definição de sobrepreço do art. 6º, LVI, que expressamente estabelece que esse pode ocorrer em relação ao preço unitário nesse regime.

Em princípio, é cabível estabelecer um critério próprio, conforme as peculiaridades do caso, que pode envolver os custos tidos como relevantes, eventual margem em relação ao preço de referência etc. Importante lembrar que, qualquer que seja o regime de execução (inclusive na empreitada por preço unitário), o valor global deverá ser sempre considerado como critério de aceitabilidade (art. 59, § 3º c/c 56, §5º).

Face as informações já coletadas nesse ETP, a equipe técnica adotará o regime de execução da **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, ante a imprecisão para definir os quantitativos do objeto a ser executado.

A descrição detalhada dos itens constará no Termo de Referência.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, NA FORMA DESTE DECRETO, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.**

Uma estimativa prévia foi descrita no item 4 deste ETP. Contudo, o orçamento completo da contratação será obtido de acordo com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e cotações de mercado, quando a referida planilha não conter o serviço.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À GARANTIA, MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**





**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

A solução proposta contempla a reforma geral do CME Luiz Simões Matias, abrangendo a substituição das telhas de todo o telhado, pintura interna e externa da edificação e pequenos reparos estruturais e de acabamento, além da construção de piso drenante para estacionamento sob a estrutura metálica existente, onde serão realocados os módulos fotovoltaicos retirados anteriormente. Também está prevista a construção de área gramada destinada à horta escolar, espaço com caixa de areia e brinquedos sob a cobertura, e área livre para atividades diversas.

A solução foi pensada para garantir maior durabilidade dos materiais, melhoria no conforto térmico das salas, acessibilidade plena aos usuários e melhor aproveitamento dos espaços livres.

**Garantia de execução:** A exigência de garantia de execução será necessária para proteger o investimento público, garantir o cumprimento dos prazos, assegurar a qualidade do trabalho, proteger os interesses da comunidade escolar e promover a transparência e a prestação de contas no processo de contratação.

A empresa contratada deverá entregar todas as obras em perfeitas condições de uso e funcionamento. Será exigida garantia mínima de 5 (cinco) anos para a cobertura com telhas isotérmicas, conforme normativos técnicos e recomendações dos fabricantes, bem como garantia legal para os demais serviços executados.

**Obra comum ou especial:** Sobre a classificação do empreendimento entre obra comum ou especial, tem-se na literatura técnica e em algumas normativas, como no caso do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), que é comum classificar obras de engenharia em diferentes categorias com base na sua complexidade. Essa classificação geralmente considera diversos fatores, como o tipo de estrutura, a tecnologia empregada, a magnitude do projeto, entre outros.

A tipologia construtiva do objeto é de alvenaria, sendo que reformas em geral são classificadas como **obra comum de engenharia**, especialmente porque seguirá padrões e especificações convencionais de construção.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

Os serviços que serão licitados compreendem soluções técnicas usuais, amplamente conhecidas e padronizadas no mercado, tais como pintura, substituição de telhas, construção de calçadas, instalação de gradil metálico, piso drenante e pequenas reformas. Todos os itens a serem executados estão devidamente descritos em projetos, memoriais e especificações técnicas, sem envolver métodos complexos, tecnologias inovadoras ou soluções de alta complexidade técnica. Além disso, são serviços rotineiramente licitados por diversos entes públicos com ampla concorrência no mercado, o que garante a viabilidade da contratação por critério de menor preço, conforme previsto na legislação.

Portanto, com base na natureza convencional dos materiais e métodos construtivos envolvidos, classifica-se a obra como uma **obra de engenharia comum**.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Parcelar uma obra de engenharia pode não ser vantajoso por diversas razões, algumas das quais podem ser justificadas com base nas boas práticas de gestão pública, conforme segue abaixo:

**Integração e Coordenação:** O parcelamento pode prejudicar a integração e coordenação entre os diferentes aspectos da obra, como projeto, execução e fiscalização. Isso pode resultar em dificuldades na gestão do empreendimento, atrasos e aumento de custos.

**Sinergias e Economias de Escala:** Em obras de engenharia, a realização de todas as etapas de uma só vez pode permitir sinergias e economias de escala, levando a uma execução mais eficiente e econômica do projeto como um todo. Dividir a obra em parcelas pode impedir a realização dessas sinergias e economias.

**Riscos:** O parcelamento pode aumentar os riscos associados à obra. Cada parcela pode estar sujeita a diferentes condições de mercado, variações nos preços de materiais e mão de obra, bem como mudanças nas regulamentações. Isso pode levar a uma falta de previsibilidade e aumento dos custos globais da obra.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**Qualidade e Coerência:** A divisão da obra em parcelas pode afetar a qualidade e coerência do resultado final. Partes diferentes da obra podem ser realizadas por diferentes contratados, com diferentes padrões de qualidade e abordagens técnicas, o que pode resultar em falta de uniformidade e compatibilidade entre os diferentes elementos da obra.

**Complexidade Administrativa:** Parcelar uma obra de engenharia pode aumentar a complexidade administrativa para a administração pública, exigindo maior monitoramento, coordenação e gestão de contratos. Isso pode sobrecarregar os recursos administrativos e aumentar os custos operacionais.

Dessa forma, não é viável o fracionamento da obra sem que os prejuízos não sejam maiores que a economia gerada pela variedade de empresas trabalhando juntas no mesmo canteiro. Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra. Portanto, o parcelamento não é a melhor alternativa.

**9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

A contratação tem como finalidade a recuperação e a modernização da infraestrutura física do CME Luiz Simões Matias. A substituição das telhas cerâmicas por telhas isotérmicas, além de oferecer maior conforto térmico, reduz custos com climatização. A implantação de piso drenante favorece a absorção de águas pluviais, contribuindo para a sustentabilidade. Já as adequações de acessibilidade e a criação de espaços de lazer e horta escolar otimizam o uso do espaço físico e favorecem a integração entre educação e bem-estar.

Como resultado, espera-se significativa melhoria na ambiência escolar, com redução de custos operacionais e manutenção, promovendo, assim, o melhor aproveitamento dos recursos financeiros e humanos disponíveis.



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

#### **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Após a finalização deste ETP, será elaborado o Termo de Referência (TR) e as demais etapas necessárias para licitação do objeto.

Imediatamente após a homologação do certame, passados os trâmites burocráticos, será expedida a Ordem de Serviço para início dos serviços. Quanto à fiscalização de obras, será indicado no Termo de Referência os profissionais que deverão acompanhar a execução da obra (titular e suplente).

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A presente licitação possui relação direta com a contratação anterior que tratou da **retirada e reinstalação dos módulos fotovoltaicos** do telhado do CME Luiz Simões Matias. Naquela oportunidade, a empresa contratada ficou responsável pela **remoção das placas solares, instalação de estrutura metálica independente** para sua recolocação, e posterior **remontagem do sistema**.

Nesta **nova contratação, será viabilizada a reforma da edificação**, incluindo a substituição das telhas cerâmicas por telhas isotérmicas, pintura, reparos e acessibilidade, bem como a construção de estacionamento com piso drenante sob a estrutura metálica anteriormente instalada. Além disso, serão executadas melhorias no entorno, como demolição e substituição do muro da frente por gradil, implantação de horta escolar, playground em caixa de areia, e espaço livre para atividades diversas.

Portanto, as contratações são interdependentes, pois a execução das obras previstas neste processo depende das ações já realizadas no processo anterior, tanto do ponto de vista físico quanto funcional.

#### **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**



**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

A inserção de critérios de sustentabilidade na obra deve estar presente desde os projetos básico e executivo até o acompanhamento da execução contratual. Deverão ser seguidos os requisitos de:

- 1) Acessibilidade e inclusão instituídos pelo Decreto nº 6.949/2009, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2021) e Normas Técnicas brasileiras, possibilitando sua utilização pelas pessoas com deficiência;
- 2) Conforto térmico-acústico da edificação, aumentando sua utilidade e eficiência energética;
- 3) Medidas para minimizar a geração de resíduos, prevendo ainda a destinação ambiental adequada, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 290/2022, sendo proibida a permanência de qualquer material de construção e entulhos nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização desses como canteiro de obras ou depósito de entulhos;
- 4) Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

A obra deverá ser projetada de forma a causar baixo impacto no ecossistema da escola bem como executada de forma a favorecer a economia local e priorizar o bem-estar social, executando os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, em observância à legislação ambiental e trabalhista, e aos regulamentos aplicáveis ao setor da construção civil, assim como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às posturas e boas práticas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, mantendo a área de trabalho continuamente limpa e desimpedida.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Considerando o diagnóstico da situação atual, as necessidades apresentadas, as exigências normativas aplicáveis e as soluções técnicas disponíveis, conclui-se pela **viabilidade**





**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra**  
**Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria Municipal de Educação**

e pela oportunidade da contratação da obra de reforma geral e construção de estacionamento no CME Luis Simões Matias.

A contratação é imprescindível para assegurar a funcionalidade da estrutura da escola após a retirada dos módulos fotovoltaicos, além de promover a melhoria das condições físicas, estéticas e de acessibilidade do ambiente escolar.

Tangará da Serra – MT, 27 de agosto de 2025.

(assinado digitalmente)

**Letícia Bogorni Lang**  
Assessora técnica de engenharia e arquitetura da  
SEMEC  
Engenheira Civil - CREA MT 045887

(assinado digitalmente)

**Prof. Vagner Constantino Guimarães**  
Secretário Municipal de Educação



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F4C6-FDE9-6059-F30A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LETÍCIA BOGORNÍ LANG (CPF 022.XXX.XXX-61) em 29/04/2026 10:30:44 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES (CPF 487.XXX.XXX-68) em 29/04/2026 11:08:24 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/F4C6-FDE9-6059-F30A>